



**AVANÇOS NO POPULISMO DE DIREITA E AS EVIDENTES CONTESTAÇÕES NAS
RELAÇÕES DE GÊNERO**

Rosemeri da Silva Madrid¹

Solange Todero Von Onçay²

Vanessa Regina Trentin Zoraski³

Resumo: O populismo de direita, de termo e prática recente, adentra a passos largos a base de avanços sociais construídos árduamente ao longo das épocas. Tendo como principal referencial os estudos de Roth (2020), o artigo propõe trazer luz a indagações em relação às questões de gênero, dentro do contexto populista, pontuando suas conexões com o atual governo brasileiro. Embasando-se também em autores como Mouffe (2019), Fraser (2019), Falquet (2008) e Junqueira (2018) acalentamos o olhar na conjuntura latinoamericana e suas questões de gênero, tendo a crise do capital e a falta de projeto para anunciar como um dos geradores do autoritarismo, na faceta do fascismo, racismo, sexismo e homofobia. Tais quais também permeiam a agenda desse movimento no Brasil, emergindo forças no momento atual de nosso governo. Discursos segregatórios permeados de preconceitos advindos da ministra Damares Alves, do então Ministério da Mulher, da Família dos Direitos Humanos elucidam esse posicionamento. Debruçar-se sob estudos que auxiliam na compreensão da ordem e intenções deste grupo contribui com o debate urgente de cunho preparatório para ações que sejam respostas à tentativa de desconstrução das pautas, em foco, raciais e de gênero.

Palavras-chave: Populismo; Gênero; Feminismo; *Antiestablishment*; Damares Alves.

1 Doutoranda em Desenvolvimento Rural. Mestre em Administração. E-mail: rosemeri.madrid@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-2648-9647>

2 Doutora em Antropologia Social. Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: solange.oncay@uffs.edu.br

3 Graduanda em Pedagogia e Design Gráfico. Bolsista do projeto A universidade, a comunidade e o brincar: a brinquedoteca em cena. E-mail: vanessa.zoraski@estudante.uffs.edu.br

Introdução

Tendo por referência o insurgente avanço do populismo de direita, este ensaio atenta-se para o viés sexista e conservador que subjaz às relações de gênero. Embasa-se em teses de importantes teóricas femininas que tematizam gênero desde a interseccionalidade classe e raça, uma vez que, como explicita Roth⁴ (2020), a lógica do discurso populista de direita que se entrelaça com ideias de gênero é complexa e multidimensional.

Chantal Mouffe (2019), reconhecida cientista política belga, afirma que as lutas contra o sexismo, o racismo e outras formas de dominação não são novas, porém se fazem centralmente avantes em comparação há outros períodos históricos, o que indica que são tomadas por uma nova onda que as sustentam. É nesse sentido que o escrito recorre a nuanças do modelo tradicional da família heteronormativa, patriarcal e outras formas de dominação históricas, buscando evidenciar uma ordem crescente na presente conjugação social.

Tornam-se marcos os acontecimentos que surgiram da crise da hegemonia neoliberal, os quais proliferam reações *antiestablishment*. Essas manifestações iniciam principalmente em países onde partidos de direita atraem para si políticas públicas de gênero que estavam reprimidas ou que haviam se desmobilizado no âmbito dos direitos civis, refratando o sentido emancipatório das lutas. Debruçando-se mais para o recorte norte-americano, Nancy Fraser (2021) reporta-se ao populismo de direita como uma transição instável quando existe uma ruptura do pensamento hegemônico. Para Fraser, quando o sentido comum entra numa crise de confiança, são buscadas novas opções. Afirma também que emergem os populismos como uma tentativa de pensar fora do estabelecido e, são rebeliões que podem surgir tanto na esquerda quanto direita (FRASER, 2021)⁵. Percebendo também a facilitação de informações ao adentrarmos na era digital, a ruptura do consciente coletivo em subgrupos com forças divergentes acontece tendo aporte em diversos físico-geográficos. Assim, mesmo que originário em um específico grupo podem adonar-se de moções diversas.

4 Julia Roth é professora de estudos americanos e interamericanos, com enfoque em estudos de gênero na Universidad de Bielefeld, Alemanha. Sua investigação engloba: teorização de interseccionalidade (em contextos transnacionais), desigualdades globais, gênero e cidadania e, recentemente, populismo de direita e gênero, assim como os novos movimentos feministas. Em 2002 lançou: *Pode o feminismo vencer o populismo? Avanços populistas de direita e contestações interseccionais*, analisando discursos de extrema direita de Donald Trump (Estados Unidos) e Jair Bolsonaro (Brasil) com seus comentários sexistas e racistas.

5 <https://outraspalavras.net/outrasmidias/nancy-fraser-um-outro-olhar-sobre-o-populismo/>
Entrevista concedida por Nancy Fraser, filósofa estadunidense e titular da cátedra Henry A. and Louise Loeb de Ciências Políticas e Sociais da New School University, onde faz reflexões sobre o populismo e as falsas promessas do neoliberalismo.

Collins (2019)⁶, ao discutir o pensamento feminista negro, problematiza o discurso populista representado na figura das pessoas “outsiders internas” como modelo de família tradicional intrinsecamente ligado à dimensão econômica, uma vez que a colonialidade e o colonialismo marcaram a sociedade, especialmente, de etnia negra.

O texto traz ainda presente o discurso conservador, sexista, que circunda no atual governo brasileiro. Destaca a representação feita pela então ministra Damareis⁷, cuja agenda se engaja numa retórica conservadora, “antigênero”, expressão cunhada no bojo do Ministério como “ideologia de gênero”, cuja intenção é “desprezar ansiedades sociais” e mobilizar forças conservadoras para socavar logros liberais, expressão de Rubin (2017), analisada e citada por Roth (2020).

Por fim, considera-se pertinente perscrutar em que medida “gênero” proporciona um cenário para as agendas populistas de direita para compreender por onde passa a resistência para agenda emancipatória. Uma pauta que requer a condução numa perspectiva progressista, dentro de um diálogo sistemático, capaz de rearticular esforços congregando para uma direção democratizadora e multifacetadas desde as demandas democráticas, conforme propõe Mouffe (2019).

Populismo de direita e a interseccionalidade gênero, raça e classe

Na atual conjuntura mundial, identifica-se uma crescente proliferação da crise democrática, com perda de hegemonia neoliberal e avanços contidos de reações ambivalentes *antiestablishment*, os quais também abrem brechas a formas diversas de resistências. Em vários países europeus, manifestações de veemência foram

6 Patricia Hill Collins, brasileira, negra, atuou como professora na UNICAMP, atualmente integra a Universidade de Maryland, College Park, Estados Unidos. Através de suas experiências de vida tanto pessoal como profissional, a professora, pesquisadora e ativista explora, nesta entrevista, como a epistemologia constitui um mecanismo tanto de opressão intelectual como de resistência. Para entender como as estruturas sociais de poder agem, constroem e oprimem, a pesquisadora articula a interseccionalidade aos sistemas de poder, a partir do que denomina de matriz de dominação. O conceito de interseccionalidade surge como um projeto epistemológico e metodológico do feminismo negro para tornar visível o cruzamento de opressões estruturais: raça, classe social, gênero, que sustentam as desigualdades e os privilégios sociais, operados por sistemas de poder. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/>; <https://www.youtube.com/watch?v=SHHhcQu2iWA>. Entrevista Patricia Hill Collins sobre pensamento feminista negro e populismo no século XXI. Acesso em: 25 fev. 2022.

7 A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Brasil, Damaris Alves (Republicanos), indicada pelo governo Bolsonaro, ficou conhecida pelas pautas. Exerceu o ministério de 1º de janeiro de 2019 até 30 de março de 2022, licenciando-se para concorrer ao cargo de senadora (Republicanos,) sendo eleita pelo Distrito Federal em 2 de outubro de 2022.

acolhidas e oxigenadas por partidos de direita que articulam em torno de um vocabulário nacionalista e xenofóbico, demandas feministas dos setores populares. Movimento que adentra com força no contexto europeu numa onda que passa ser chamado de “antigerendismo”, (termo que tem o sentido de oposição ao conceito construído de gênero) e que também confronta ativismos, na época, denominados como LGBT (KUHAR; PATTERNOTTE, 2017).

Para Mouffe (2019), estamos vivenciando condições pós-democráticas, fruto de vários fenômenos, dentre os quais o que chama de “pós-política”. A autora trata como “borramento das fronteiras políticas entre direita e esquerda”, resultando numa espécie de consenso entre partidos de centro-direita e centro-esquerda. Diante de uma narrativa de que não haveria outra saída à globalização neoliberal, segmentos como os sociais-democratas absorvem as imposições do capitalismo, frente às intervenções financeiras globalizadas com limites estatais às políticas públicas. Nesse sentido argumenta a autora: “A política tornou-se uma mera questão técnica de gerenciamento da ordem estabelecida, um domínio reservado aos experts. A soberania do povo, nação que está no coração do ideal democrático, foi declarada obsoleta” (MOUFFE, 2019, p. 156).

O populismo de direita aproveita essa condição para anunciar que devolverá ao povo a voz que lhes foi confiscada pelas “elites”. Usa a seguinte retórica: “Eles entenderam que política é sempre ‘partidária’ e que isso requer uma confrontação entre nós/eles. Além disso, eles reconhecem que precisam mobilizar afetos para construir identidades políticas coletivas” (MOUFFE, 2019, p. 156). O que acontece é uma espécie de barreira, que Mouffe chama de uma “fronteira política de forma populista” entre “o povo” e o *establishment*, que abertamente rejeitam o “consenso pós-político” (MOUFFE, 2019, p. 156).

Roth (2020) afirma que para combater o fenômeno é preciso ampliar a base teórica e fazer deste uma completa descrição e análise. Há ainda um segundo aspecto, que passa pela necessidade “de delinear espaços e práticas de resistência que também se embasa em políticas públicas de gênero” (p. 17), afirma Roth. Seria uma ação mais preparada para o enfrentamento das entusiasmantes movimentações com palavras de impactos. Essas ações são importantes como ponto de partida, mas não são o central, diz a autora.

Fazendo referência à Roth (2020) (KUHAR; PATTERNOTTE, 2017), demonstra que a tendência vem de uma perspectiva europeia que ficou conhecida como “antigenderismo” (oposição ao estudo em gênero, manifestações ativistas

LGBTQIAPN+⁸). Para a autora, a lógica do discurso populista de direita entrelaça relações complexas, agregadas a uma multidimensionalidade. O padrão exclusivo da interseccionalidade está presente. Os populistas de direita definem a "interseccionalidade desde cima", o que, pela existência dos latentes movimentos de resistência presentes em toda a América, poderia ser confrontado com a "interseccionalidade desde baixo", com resistências de base, argumenta Roth.

A autoconcepção de autores dos partidos populistas traz presente uma ordem tradicional de gênero, na qual a família nuclear, tradicional, conservadora e heteronormativa tem um papel fundamental. Enfoque que se pode observar nas campanhas antigênero da Europa, da América Latina, especialmente Brasil e Colômbia, e nas campanhas afirmativas (Estados Unidos e Brasil), direito ao aborto (Argentina e Estados Unidos), contra campanhas homossexuais e de pessoas transgênero (Brasil) (ROTH, 2020). Resultante disso, as negociações de sentidos diversos, na maioria das vezes, não se dão de forma involuntária. Alicerçam-se às dimensões que ao longo dos tempos estiveram geralmente atreladas às relações de poder, dominação, exploração, legitimando determinadas forças e condenando outras.

Por outro lado, a autora concorda que não é suficiente reduzir todos os fenômenos a uma reação misógina e conservadora em torno da moral e da ética fundamentalista. É preciso, sim, considerar esses elementos, porém não só, pois as formas com que as lógicas de direita se entrelaçam são complexas e multidimensionais.

Paradoxalmente, o discurso usa da dualidade para explicar o sexismo. A partir das diferenças biológicas opera trazendo presente um oposto dicotômico, ou seja, masculino/feminino, macho/fêmea, racional/emocional, bom/mau. Dualidades que interessam para uma funcionalidade que age como censura, naturalizando ou ocultando uma oposição criada em nível social. Para Roth (2020, p. 71), "[...] este padrão mostra que as políticas sexuais de gênero são ferramentas eficazes para a mobilização de afetos e para reordenamento das hierarquias sociais, que se dá através da reatualização da ordem binários e heteronormativa”.

Todavia, a sexualidade é muito mais ampla que a atividade sexual humana, sendo essa muito variável nos diferentes tempos e nas diferentes culturas. As formas de feminilidade e masculinidade e o modo como se corporificam nas culturas são inúmeras. As constituições familiares, apontadas e comprovadas pelo viés da história,

⁸ O movimento LGBTQIA+ é o movimento político e social que defende a diversidade e busca mais representatividade e direitos para essa população. O seu nome demonstra a sua luta por mais igualdade e respeito à diversidade. Cada letra representa um grupo de pessoas. O símbolo + no final da sigla aparece para incluir outras identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo, mas que ainda não aparecem em destaque antes do símbolo.

são distintas, podendo ser desde grupal, poligamia, poliandria, monogamia, entre outras. Constituímos na sociedade moderna o padrão que temos e conformamos noções sobre a homossexualidade, transexualidade, heterossexualidade etc. A sexualidade é uma configuração também resultante de práticas sociais, sendo, portanto, atributo social de negociação, ou seja, “a sexualidade não possui só uma história, mas muitas histórias, sendo que cada uma delas deve ser compreendida em sua singularidade e dentro de um contexto complexo” (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2021, p. 60).

Segundo esses autores, não é possível determinar com maior precisão a constituição das relações patriarcais de gênero como as que conhecemos. Ao lado dos grandes impérios, as religiões atuaram na legislação e na construção de regras morais. A homossexualidade passou a ser tratada como crime, sujeita a punições em vários períodos como forma de legitimação do exercer da sexualidade para procriação. O Estado entra nessa regulação quando ocorrem as grandes navegações e a ascensão do comércio que desencadeia uma nova fase para a humanidade, dentre a qual ocorrem as ideias renascentistas, a reforma protestante e o início da revolução industrial. Nesse sentido “o heterossexualismo e a cisgeneridade não são dimensões a-históricas nem apolíticas. São mecanismos que fazem parte das formas de produção e reprodução social dos indivíduos como homens e mulheres” (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2021, p. 64).

Podemos verificar que essas movimentações contribuem de forma muito forte não somente na organização da aliança, da filiação da herança, mas sobretudo na naturalização dos sexos, como também das raças e das classes. Assim, de acordo com Falquet (2008, p. 132), “o ponto de partida e de chegada das relações sociais de poder é o acesso aos recursos. Ora, se o trabalho é um dos meios de tentativa de acúmulo de riquezas, ele raramente é o melhor: a aliança e a herança são bem mais rápidas”. Com esse aparato, a liberdade de escolha de suas alianças, bem como a possibilidade de estabelecer uma filiação legítima e de pretender receber ou transmitir uma herança é regrada pela heterossexualidade.

Falquet (2008), mesmo atribuindo que o tema foi insuficientemente explorado, afirma que na França, desde os anos de 1970, Christine Delphy (1998) defendia a importância de aprofundar debates para as relações sociais de sexo na transmissão do patrimônio. Argumenta que a heterossexualidade passa ser vigiada, uma vez que além de incidir sobre os “pulsões das práticas sexuais”, veio tornando-se uma potente instituição social, amplamente endossada pelo Estado (FALQUET, 2008).

Na essência, as grandes corporações econômicas que ainda sacodem à nação trazem de volta as reflexões de Monique Wittig, quando reverbera o conceito de

heterossexualidade. Para Falquet (2008), o conceito que foi forjado pelas lésbicas feministas, tendo Wittig como principal teórica (2001[1980]), precisa de novas incursões, e reemerge, pois, está na vitrine dos espectros que rondam as relações de poder em suas contestações, reavivado pelo movimento populista de direita.

O cerceamento em torno dessas relações articuladas às relações de classe e sexo torna-se centrais também para a produção econômica, sendo as relações patriarcais de gênero expressão fundamental para a manutenção do poder e da reprodução biológica. Foucault, ao analisar a formação do capitalismo, desenvolve estudos que demonstram que se gera um “biopoder”, onde se trata de duas formas a manipulação do poder: uma atribuída ao corpo “como máquina”, integrando-se às forças disciplinadas do sistema de controle econômico; a segunda trata do “corpo como espécie”, no qual os processos biológicos colocam-se na subserviência regulada (proliferação), sobretudo a serviço do proletariado urbano. “Com isso, é possível afirmar que esse biopoder foi indispensável para o desenvolvimento do capitalismo na medida em que ele garantiu a ‘inserção controlada dos corpos no aparelho da produção’ (FOUCAULT, 1988, p. 153). Produziu-se o necessário ajustamento das populações aos processos econômicos, gerando o aumento da produtividade e da exploração da força de trabalho como atributos mobilizadores.

Falquet (2008) procura explicitar como esses três aspectos se correlacionam a partir da divisão sexual do trabalho, especialmente o trabalho considerado feminino busca demonstrar que mais que relações sobrepostas são questões constituidoras e perfazem-se articuladas entre si. Outras autoras, como Kergoat (2008), Bacchett (2006), consideram relações consubstanciais e co-formadas ao modelo capitalista.

O artigo “Repensar as relações sociais de sexo, classe e ‘raça’ na globalização neoliberal” de Falquet (2008) demonstra que a globalização, ao trazer o discurso da igualdade e da democracia em termos de participação, agrega junto um vertiginoso fosso de desigualdade em termos de exploração de sexo, de classe e de raça. Chama atenção para as reconfigurações da questão de gênero, o que nomeia de “recomposições em marcha”. Afirma, com isso, discursa-se que nunca houve tão próxima a igualdade de sexo, porém as adolescentes e as sexagenárias se tornaram as pessoas mais empobrecidas do planeta. De modo geral, a autora, que tenta demonstrar uma co-formação existente através da re-organização da divisão do trabalho, explica as insuficiências sobre a globalização e posteriormente apresenta pistas que auxiliam repensar o que chama de *continuum* trabalho doméstico, sexual, reprodutivo e de outro papel do Estado-nação que está pendente. “Mas não é sucumbindo ao canto das sereias daquelas e daqueles que preconizam lutar ‘contra uma única relação’ que obteremos vitórias significativas. Pois a co-formação das

relações sociais não é uma vã palavra e a responsabilidade do 'trabalho considerado feminino' diz respeito a todo mundo" (FALQUET, 2008, p. 137).

Por fim, Falquet (2008, p. 136) deixa o alerta: "O componente radical do movimento feminista, como as franjas radicais dos movimentos contra o racismo e anticapitalistas, nos ensinou a esperar mais. O neoliberalismo não merece rearrumações." Segue chamando atenção para o avanço das lutas contra o neoliberalismo e o uso da força do trabalho feminino de forma discriminada. "Por lutas que confrontam simultaneamente a divisão sexual, social e 'racial' do trabalho, a globalização pode adquirir outras caras, mais adequadas à extinção progressiva ou imediata das relações sociais de poder" (p. 137).

O feminismo negro e a colonialidade discursiva

Quem também chama a atenção para os avanços populistas de direita no recorte racial e de gênero, a partir de análise da realidade norte-americana, mas que pode ser replicada ao cotidiano sul-americano, é Patrícia Hill Collins⁹ (2019) ao falar das evidências do quão a democracia americana é exclusionária por se suportar na figura da família patriarcal, encabeçada por um pai forte, seguido por uma mãe apoiadora, num modelo nuclear heterossexual eurocêntrico. A autora faz uma análise interseccional da ascensão do populismo de direita no século XXI representado por figuras como Donald Trump e Jair Bolsonaro, defendendo ser fundamental "dar um passo atrás" e entender esse fenômeno no interior de um quadro histórico mais amplo de disputa pela democracia.

O feminismo negro nessa visão de Collins seria representado na figura das pessoas "*outsiders* internas" do modelo de família tradicional já mencionado, ou seja, que na sociedade norte-americana prevalece uma cidadania desigual, onde uma grande parcela defende que a imagem estadunidense está ancorada num pulso forte (traduzido na figura da família heteronormativa, branca, tradicional). Já esse modelo familiar está intrinsecamente ligado à dimensão econômica, uma vez que, como a colonialidade e o colonialismo marcaram a sociedade, há pessoas consideradas sub-humanas, especialmente de etnia negra. A dimensão econômica alimenta e retroalimenta o sistema que encerra determinadas vidas num processo de

9 Patricia Hill Collins é professora emérita do departamento de sociologia da Universidade de Maryland. Foi a primeira mulher negra a presidir a Associação Americana de Sociologia. É considerada, ao lado de Angela Davis e bell hooks, uma das mais influentes pesquisadoras do feminismo negro nos Estados Unidos. Pela Boitempo, publicou *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria*. <https://blogdaboitempo.com.br/2022/03/10/quem-e-patricia-hill-collins/>

desumanização, são as “outsiders internas”, sendo aceitas desde que sirvam aos propósitos do sistema colonializante.

O populismo de esquerda, por sua vez, trazido pela ótica de Nancy Fraser, é mais próximo da realidade, procurando oferecer respostas para temáticas como mudanças climáticas, reprodução social e desigualdades, e são esses desdobramentos espontâneos que tem o potencial de desenvolver movimentos emancipatórios que sinalizem respostas à crise na ordem social (FRASER, 2019).

Esses desdobramentos são também fortes componentes para o surgimento e fortalecimento de movimentos sociais que enfrentam o avanço de forças neoliberais e os frutos políticos dessas forças, situando os movimentos feministas como um desses elementos que vêm focando nas necessidades das mulheres não apenas nas questões de equidade de direitos, mas nas estratégias do cuidado e na opressão do “trabalho reprodutivo”.¹⁰ Isso porque as profundas mudanças estruturais que precisamos enquanto sociedade a partir dos movimentos feministas só poderá ser alcançada através de aliança anticapitalista de base ampla, “feminismos liberais e pró-capitalistas podem, na melhor das hipóteses, empoderar um pequeno e privilegiado extrato de melhores profissionais não-gerenciais” (FRASER, 2019).

Essa interpretação é trazida por entender a perspectiva trabalhada por Fraser ao distinguir na agenda feminista como atuam o populismo de esquerda em contraposição ao populismo de direita. Nas palavras de Fraser (2019):

Ambos mobilizam uma massa contra um extrato da elite que se considera estar oprimindo “o povo” à partir de cima. Os populistas de direita, no entanto, simultaneamente mobilizam o povo contra um estrato mais de baixo, que eles afirmam estar impedindo “o povo” a partir de baixo – que são os negros, latinos, imigrantes, muçulmanos, árabes ou judeus. Portanto, o populismo de direita coloca o “povo” sitiado no meio, preso entre inimigos “superiores” e “inferiores”; ele combina o ressentimento contra elites ricas com um bode expiatório de minorias desfavorecidas. Essa é uma diferença fundamental do populismo de esquerda. Longe de praticar esse tipo de bode expiatório, o populismo de esquerda invoca uma compreensão ampliada do “povo”, unindo os estratos médios e inferiores (ou pelo menos espera fazer isso) contra uma pequena classe superior ou elite.

O feminismo negro emerge nesse cenário trazendo consigo uma série de pautas conectadas com a interseccionalidade das mulheres negras e a necessidade desse movimento em reivindicar espaço político nas tomadas de

10 Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/11/25/nancy-fraser-um-feminismo-que-visa-libertar-todas-as-mulheres-deve-ser-anticapitalista/>. Nessa entrevista a pensadora Nancy Fraser elabora a relação entre feminismo e o desmantelamento pelo Estado dos serviços de bem-estar, colocando em xeque a importância do trabalho reprodutivo frente ao avanço capitalista.

decisões que, conforme Roth, “[...] as mulheres e pessoas LGBTQ+ não são bem vindas na política, as ideias e agendas de gênero e justiça social são cada vez mais excludentes, alavancadas pelas bandeiras empunhadas pelo populismo de direita e sua cruzada contra o que chama ‘ideologia de gênero’.

Na história, a fala gritante de Sojourner Truth¹¹, uma das maiores vozes do feminismo negro no mundo, sobre a desumanização da mulher negra na sociedade, intitulada “E não sou eu uma mulher?”, feita na Convenção das Mulheres em 1851, é um legado eloquente e representativo do que a colonialidade discursiva provoca até hoje nas relações humanas. Disse naquele momento Truth:

Olhe para mim! Olha para meu braço! Eu arei e plantei e recolhi a colheita em celeiros e homem nenhum podia estar à minha frente! E eu não sou uma mulher? Eu podia trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando eu podia – e suportar o chicote também! E eu não sou uma mulher? Tive treze filhos e via a maioria deles ser vendida para a escravidão e, quando gritei chorando meu luto de mãe, ninguém além de Jesus, me escutou. E eu não sou uma mulher? (TRUTH, 1851).

Recuperar a fala de Truth é essencialmente importante para marcar o quanto a colonialidade atuou discursivamente para colocar a mulher negra em um “não lugar”, construindo ao longo dos séculos, geração após geração, a imagem de subalternidade de pessoas negras, especialmente com recorte de gênero. A colonialidade pode ser compreendida como fenômeno histórico e cultural que tem sua origem no colonialismo, mas que se mantém atual e atuante, propagando e mantendo a lógica colonial nas relações de poder.

Essas estratégias, imagem e discurso, são fartamente utilizadas pela colonialidade do poder, como alerta Quijano (2005), pensando este como a constituição de poder mundial capitalista moderno, colonial e eurocentrado a partir da criação de ideia de raça, e esta imaginada para naturalizar os colonizados como inferiores aos colonizadores. Segatto (2021) foi além pensando como a colonialidade exerce o poder de subalternizar as mulheres em suas mais diversas interseccionalidades e atravessamentos sociais, históricos e geográficos. Debruçar-se sob essas perspectivas auxilia certamente a compreender como operam mecanismos como racismo, gênero e fascismo e, por sua vez, como esses mecanismos são acionados pelo populismo de direita.

11 Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Sojourner_Truth > Acesso em: 23 fevereiro de 2022.

Ao olhar pelo retrovisor da história, o feminismo negro no Brasil surge dentro do movimento negro, onde as ativistas moldam a consciência em relação às questões de racismo e de classe e, como o movimento feminista não atendia as expectativas em relação às interseccionalidades vivenciadas pelas mulheres negras, estas sentiram necessidade de criar um ambiente que repercutisse as suas necessidades não apenas para obter direitos civis, como também direitos humanos¹². Na academia, uma das vozes mais potentes a promover a reflexão das mulheres negras sobre suas condições de subalternidade e objetivação na sociedade brasileira foi Lélia Gonzalez, que construiu categorias como amefricanidade (conceito que engloba o Brasil e a América Latina numa perspectiva transnacional, colocando a mulher negra no centro do debate), e racismo recreativo, ao jogar luz sobre a mulher negra que não é a ideal para casar, mas, sim, para relacionamentos sexuais, perspectiva forjada desde o início da escravização dos povos negros. A mulher negra além de inserida no itinerário de trabalhos forçados também era colocada “à disposição” e então explorada sexualmente, como um corpo vazio obrigado a satisfazer os perversos desejos dos homens ao seu redor.

O surgimento do feminismo negro no Brasil a partir de sua não identificação com as pautas identitárias do feminismo liberal branco, a discussão sobre suas interseccionalidades pode ser relacionada às ideias discutidas por Moya (2015) que fala que as identidades se constroem através da diferença e não à margem dela, a ideia é que sejam produtos de relações de antagonismo, de um particular tipo de relação sem confrontações preestabelecidas.

Como exemplo dessa virada de chave protagonizada pelo feminismo negro brasileiro e sua movimentação em direção ao populismo de esquerda (tomando por base o ativismo com recortes de raça, classe e gênero), cita-se a atuação da parlamentar Marielle Franco, assassinada em 2018, mulher negra, ativista, liderança comunitária, eleita vereadora da cidade do Rio de Janeiro. “O temor de que a presença de representantes de grupos subalternizados em espaços de poder venha confrontar diretamente o status quo e mover as estruturas é uma das prováveis razões que levaram ao assassinato da vereadora carioca Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, por milicianos em maio de 2018, segundo apontam investigações” (RODRIGUES; FREITAS, 2021, p. 42).

12 https://www.geledes.org.br/o-feminismo-negro-desempenha-um-papel-politico-ne-reeducacao-brasileira/?gclid=CjwKCAiA4KaRBhBdEiwAZi1zzkKAiC-ptzDZzg5VjPVu8eNOdAESsp1EejJok0LK1NfdKW ge8YOjhoCYgQAvD_BwE > Acesso em: 10 mar. 2022.

A presença na arena política carioca de uma ativista negra, periférica, lésbica, mexeu com as estruturas do poder institucionalizado, seu “corpo-bandeira”, com potencial transformador esbarrou na recusa dos “donos do poder” em dividir espaço.

A narrativa populista da Ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos

A agenda pautada pelo conservadorismo de direita no governo Bolsonaro, engajado numa retórica antigênero, criando inclusive a expressão “ideologia de gênero”¹³, demonstra a presença da pauta conservadora em nosso país. O Ministério da Mulher, da Família dos Direitos Humanos, sob o comando da ministra de governo Damares Alves, onde “a própria redefinição da pasta, incluindo o termo família, dá o tom conservador sobre o direcionamento do ministério. A mesma é encabeçada pela advogada, educadora, pastora evangélica da Igreja do Evangelho Quadrangular” (SOARES; RICOLDI, 2022).

A gestão voltada à família e esta como princípio norteador das políticas públicas, vem materializando uma série de desconstruções nos direitos até então construídos, contemplando as minorias e recortes de gênero e raça. Conforme Soares e Ricoldi (2022), há um aparelhamento do ministério por ativistas cristãos e conservadores, com foco na implementação de políticas para mulheres, crianças, adolescentes jovens e idosos, substituindo o enfoque de gênero, em especial os direitos sexuais e reprodutivos como eixo transversal de política pública, para assumir família como dimensão central.

E não apenas as políticas públicas vêm sendo orientadas para a desconstrução de avanços pautados nas questões de gênero, a narrativa protagonizada pela ministra é um caso a ser observado, direcionando o seu discurso a uma perspectiva comportamental totalmente encaixada em padrões conservadores. Foucault (1969/1997) nos diz que o discurso possui materialidade própria, haja vista que constitui um ato, um dispositivo, uma instituição ou acontecimento permitindo identificar ações e sujeitos. Nesse sentido o discurso como objeto não se restringe à linguagem, mas se manifesta por meio desta a partir de relações de poder, posições ideológicas e processos inconscientes.

13 O sintagma “ideologia de gênero” é apresentado entre aspas para demarcar uma posição política, a partir do uso de um conceito que não é validade em âmbito acadêmico. Para Junqueira (2018), em uma perspectiva sociológica a “ideologia de gênero” se aplicaria à desnaturalização das relações de gênero, ao passo que o atual se enquadra na campanha antigênero, que utiliza uma inversão discursiva para justamente reforçar a própria ideologia manifesta no sistema cisheteronormativo machista.

O elóquio construído pela ministra deixa um rasto de uma série de manifestações públicas, como a já icônica frase “menino veste azul e menina veste rosa”¹⁴, pronunciada pela titular do Ministério ao anunciar que o Brasil, a partir do governo Bolsonaro, entra em uma nova era. Junqueira (2018) já observou que nos últimos anos tem se registrado marcante e incisiva presença de um ativismo religioso que encontraram em um neologismo ou mais precisamente no sintagma neológico “ideologia de gênero”. Trata-se de um artefato rico e persuasivo em torno do qual é possível reorganizar tal discurso e desencadear novas estratégias de mobilização política e intervenção na arena pública. É o que se tem testemunhado como prática narrativa do governo de Bolsonaro em especial da atuação da ministra Damares à frente da política nacional quando o recorte é de gênero.

Uma sondagem na conta de Twitter¹⁵ da ministra permite materializar através de suas postagens o quanto vem sendo reforçada a prática narrativa e discursiva de alinhamento ao populismo de direita global. Damares se refere às crianças como “nossas crianças” e às mulheres como “nossas mulheres”, o que evidencia a partir do pronome “nossa” que se trata de um recorte específico dentro da população. Não são mais as crianças brasileiras, ou mulheres brasileiras objeto da atenção e das políticas do ministério e, sim, as “nossas”. É necessário ressaltar que em seus discursos “protetivos”, sempre trajados de gatilhos emocionais, não há menção de famílias negras, quiçá indígenas. Fica subjetivamente evidenciando que não são de todas as crianças de quem se está falando e, sim, daquelas que pertencem às famílias “tradicionais” com perfil heteronormativo, cristãs, não negras e não pobres.

Nesse sentido, a família como instância social foi sabiamente utilizada para a disseminação de ideais conservadores. Ao fazer uso desse termo, constituem ele não a partir de vínculos afetivos, mas, sim, de ordens de poder. A sequência dada junto a ela é de regalias, (tendo a variação entre a criança mais velha e mais nova), mulher e homem. A família, então, é o menor cercamento de propriedade do homem.

A defesa desse hangar social configurado de tal forma é também a égide da manutenção de uma estrutura patriarcal, conseqüentemente sustentando os ideais da direita. O antropólogo Friedrich Engels, em seu livro *A origem da família da propriedade privada e do Estado* (1984), descreve as diferentes organizações familiares já existentes ao longo da história. Afirma que, por ser formada de indivíduos sociais que estão em constante modificação, também é mutável. O desprezo por parte do movimento conservador, da nova face da família, que é múltipla e volante, contesta

14 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024>

15 Disponível em: <https://twitter.com/damaresalves> >. Acesso em: 28 mar. 2022.

também as novas representações de sociedade que se manifestam. O populismo de direita não concebe a família como uma redução de afeto entre próximos, geradores e prole, mas, sim, como arranjos de relação que exercem poder.

Essa observação está alinhada em delinear o quanto emergiu não apenas no Brasil, mas na Europa Oriental e no governo Trump, nos Estados Unidos, o populismo de direita, como bem resgatou Romano¹⁶ (2021), quanto à manifestação de uma lógica política que tinge o público e o privado, as políticas públicas, o desmonte das mesmas, o jogo de contrapesos democráticos, o espaço dos poderes constituídos, enfim, a construção de um sujeito fascistoide nas diversas classes sociais. Torna-se urgente, como nos diz Mouffe (2019), entender que a única forma de combater o populismo de direita é dando uma resposta progressiva às demandas que eles estão expressando em uma linguagem xenofóbica. Essa é uma lógica altamente compatível com os meios de comunicação e com as redes sociais.

É fundamental a análise de Gayle Rubin (1984), recuperada por Roth (2020), quando argumenta que a sexualidade é um “campo de batalha” de outros conflitos sociais. Para a autora, é comum forças conservadoras criarem “pânicos sociais” com o fim último de “acumular os logros liberais”, minando as verdadeiras causas e descarregando intensidades emocionais. Nesta análise está assentada a postura assumida pelo atual governo brasileiro, em especial nas protagonizações da ministra Damares. Pretende-se com isso, atenuar e até ludibriar as acusações sexistas, homofóbicas ou racistas, uma vez que podem significar perdas de votos.

O exemplo brasileiro ratifica a perspectiva que os partidos populistas de direita consideram as políticas reprodutivas e de família como um campo epistemológico e chave para sua consolidação, sendo fortemente influenciados pelas tendências cristãs conservadoras, que se asseguram num discurso em torno da moral e da ética.

De modo geral, se de um lado para a resistência, é necessário analisar as manifestações para além das observações em mera ação focadas em si mesmo numa relação conservadora misógina, por outro é fundamental articular as ações progressistas e de resistência, compreendendo a lógica do discurso e indo além uma vez que estas se entrelaçam com ideias multifacetadas.

16 Trata-se da fala do professor Jorge Romano proferido na disciplina: Populismo, Mídias e Análise Política de Discurso. IH 1519 TE em PPEAS (2021/2) - Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Conclusão

Concorda-se com Mouffe (2019) que é inegável que estamos testemunhando na Europa Ocidental, e mais recentemente na América Latina, especialmente no Brasil, o que pode ser chamado uma “proliferação de movimento *antiestablishment*” que sinaliza uma crise da hegemonia neoliberal. A mesma afeta diretamente valores anteriormente consolidados como a democracia e a soberania do povo, colocados em xeque pelo avanço do neoliberalismo, uma crise de “pós-política” (Mouffe, 2019), na qual o sistema democrático e, diretamente, a livre participação popular estariam comprometidos.

Diante do mesmo, pode-se observar “o surgimento simultâneo de fortes movimentos feministas em muitos lugares donde também pode-se observar uma forte tendência populista de direita” (MOUFFE, 2019, p. 156). Esses movimentos populistas de direita atraem anseios e demandas, desprezadas pelas crises democráticas. Esta “re-masculinização” é vantajosa à modernização das hierarquias tradicionais de gênero. Assim, os partidos populistas de direita se sustentam com políticas reprodutivistas e de família como um campo epistemológico, e alimentam-se das concepções conservadoras em torno da moral e da ética e do fundamentalismo religioso tanto católico como protestante.

Nisso é preciso ainda reconhecer que tal análise não pode ser feita de forma reducionista, uma vez que as relações são sempre complexas e multidimensionais, como enfocamos no trabalho a intersetorialidade de gênero, raça e classe.

É nesse sentido que o ensaio trouxe presente a intersetorialidade, *gênero*, *raça* e *classe* pelo viés do feminismo, como modo de indagação reflexiva e questionamento diante do emergente populismo de direita, como forma de ir compondo discussões a serem aprofundadas acerca da temática.

Compreender o fenômeno, analisar e refletir elucidada, em nosso entender, um passo importante para seguir em buscas profundas e necessárias interações que possam: “Agrupar essas diversas lutas requer o estabelecimento de sinergia entre os movimentos sociais e os partidos com o objetivo de construir ‘povo’, mobilizando afetos comuns em direção à igualdade e justiça social” (MOUFFE, 2019, p. 156).

Por último, concorda-se com Mouff (2019) que é necessário articular uma resposta progressista às demandas que eles (os populistas) estão expressando em uma linguagem xenofóbica. Para isso sugere-se compreender o núcleo demográfico destas e a possibilidade, através de um discurso diferente, de articular em uma direção democrática.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG. Trad. de Myriam Ávila.

BIROLI, Flávia. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.

COLLINS, Patricia Hills. **Aprendendo com a Outsider-within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. Sociedade e Estado. Brasília (2019)

CONNEL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 80, p. 9-20, out. 2012.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Trad. Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. (Col. Perspectivas do homem, 99, série ciências sociais).

FALQUET, Jules. **Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal**. *Mediações*, v. 13, n. 1-2, p. 121-142, jan./jun. e jul./dez. 2008.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscara branca**. Salvador: Edufba. Trad. de Renato da Silveira [1ª ed.; orig. 1961].

FRANSER, Nancy. (2019) **Um feminismo que visa libertar todas as mulheres deve ser anticapitalista**. Blog da Boitempo. 2019. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/11/25/nancy-fraser-um-feminismo-que-visa-libertar-todas-as-mulheres-deve-ser-anticapitalista/>

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

JUNQUEIRA, R. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político - discursos e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Psicologia Política*, Porto Alegre, v. 18, n. 43 set./dez. 2018.

KERGOAT, D; GALERAND, E. (2008) **Le potentiel subversif du rapport des femmes au travail**. *Nouvelles Questions Féministes, LOCAL*, v. 27, p. 67-82, 2008. Tradução para o português *Cadernos de Crítica Feminista*, Recife : SOS Corpo, 2010.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MENEZES DE SOUZA, L. M. **Hibridismo e tradução cultural em Bhabha**. In: ABDLA JUNIOR, B. (Org.). *Margens da cultura: mestiçagem, misticismo e outras misturas*. São Paulo: Bomtempo Editorial, 2007. p. 113-133.

MENEZES DE SOUZA, L. M. **The Ecology of writing among the Kashinawa: indigenous multimodal writing**, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/266003516_The_Ecology_of_Writing_among_the_kashinawa_indigenous_multimodal-writing. Acesso em: 28 ago. 2022.

MIGNOLO, W. D. **La idea de América Latina**. La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa, 2007.

MOUFFE, Chantal. **The populist moment**. 2019. Trad. Michele Diana da Luz, *Semiótica*. Disponível em: < <https://oaji.net/articles/2019/6933-1565442314.pdf> > Acesso em: 29 mar. 2022.

MOYA, Juan Sandoval. **¿Qué sujeto ? ¿ Qué cambio: laclau y el problema del sujeto de la acción política transformadora**. Revista PLÉYADE. Nº 16, julio-diciembre. Edición Especial: Obra e História de Ernesto Laclau. 2015.

ORTEGA, Francisco. **Fenomenologia da visceralidade: notas sobre o impacto das tecnologias de visualização médica na corporeidade**. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 21, n. 6, p. 1.875-1.883, 2005.

PEREIRA, M. A.; ROSENO, A. **Reflexões sobre as relações étnico/raciais e diversidade sexual e de gênero**. In: NOGUEIRA, L. et al. (Org.). *Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: CLACSO. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas*, Buenos Aires. Trad. Julio César Casarin Barroso Silva, 2005, p. 227-278.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. **Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional**. Revista Brasileira de Ciência Política. Nº 34, pp 1-54. (2021)

ROSA, Marcelo. **Theories of the South: limits and perspectives of an emergent movement in social sciences**. *Current Sociology*, v. 62 n. 6, p. 851-867, 2014.

ROTH, Julia. **¿Puede el feminismo vencer al populismo?** Avances populistas de derecha y contestaciones interseccionales en las Américas. Ensayos InterAmericanos. Bielefeld: Kipu-Verlag, 2020. v. 4.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. In: _____. (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 777-821.

SEGATTO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro. Bazar do Tempo (2021)

SOARES, Felipe Furini; RICOLDI, Arlene Martinez. **A escalada neoconservadora e a agenda antigênero: o caso da participação do Brasil na Cúpula Demográfica de Budapeste**. *Revista Brasileira Estudos Pop.* V. 39. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbepop/a/TtRcQFzh89M5tPRcx_KVgYfc/?format=pdf&lang=pt >. Acesso em: 20 mar. 2022.

WALLERSTEIN, Immanuel. (coord.) **Abrir las ciencias sociales: informe de la Comisión Gulbenkian para la reestructuración de las ciencias sociales**. Madrid: Siglo Veintiuno, 2006.